



Estado da Paraíba
**CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO
PESSOA**

Casa Napoleão Laureano
Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 235/2024

“Concede título de cidadã pessoense a advogada Alice Cavalcante Fernandes, e dá outras providências.

AUTOR: O SR. VER. MILANEZ NETO

RELATOR: O EXMO. SR. VER. JOSÉ LUIZ GONÇALVES

PARECER N.º / 2024

I – RELATÓRIO

A Câmara Municipal de João Pessoa recebe em tramitação o presente Projeto de Decreto Legislativo n.º 235/2024, de autoria do nobre Vereador(a) Milanez Neto, que “Concede título de cidadã pessoense a advogada Alice Cavalcante Fernandes, e dá outras providências” e vem a esta douta Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, para recebimento de competente **PARECER**.

É o RELATÓRIO.

Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa – Relator – Ver. JOSÉ LUIZ GONÇALVES

Página 1



Estado da Paraíba
**CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO
PESSOA**

Casa Napoleão Laureano

Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa

II – VOTO DO RELATOR

Primeiramente, é importante destacar que o PDL ora analisado encontra-se de acordo com o regimento interno, conforme art. 208, inciso I, alínea a, parágrafo 1º e 4º:

“Art. 208 - A Câmara Municipal, através de decreto legislativo, poderá conferir as seguintes honrarias (Alterado pela Resolução nº 147/2017):

I – Títulos:

a) de Cidadão Pessoaense.;

“§1º O Título de Cidadão Pessoaense objetiva reconhecer e valorizar o trabalho de pessoas naturais de outras Cidades, Estados ou Países, que, em qualquer área de atuação, desenvolvam ou desenvolveram atividades em prol do Município de João Pessoa, do Estado da Paraíba, da União, da democracia ou da causa da Humanidade.

§ 4º As honrarias previstas neste artigo não poderão ser concedidas a pessoas físicas ou jurídicas que foram condenadas em ações criminais ou de improbidade administrativa, devendo ser comprovadas através de certidões expedidas pela Justiça Federal, Justiça Estadual, Justiça Militar e Justiça Eleitoral.”.

Dessa forma, percebe-se que o PDL cumpriu os requisitos acima informados, tendo em vista que anexou as certidões expedidas pela Justiça Federal, Justiça Estadual, Justiça Militar e Justiça Eleitoral, que comprovam a probidade da homenageada.

Em relação ao mérito do PDL, o mesmo tem o objetivo de conceder o título de cidadã pessoense a advogada Alice Cavalcante Fernandes como uma forma de reconhecimento pelo seu belíssimo e importantíssimo trabalho como na cidade de João Pessoa, a qual prestou seu honroso serviço com excelência seja como advogada, seja como empresaria ou incentivadora da cultura e das artes.

Por fim, a matéria ora analisada não é de competência privativa do prefeito, bem como não gera atribuições ou gasto ao executivo, logo, não invade competência:

“ Art. 30 Compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:

Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa – Relator – Ver. JOSÉ LUIZ GONÇALVES

Página 2



Estado da Paraíba
**CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO
PESSOA**

Casa Napoleão Laureano

Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa

I- regime jurídico dos servidores;

II- criação de cargos, empregos ou funções na Administração direta e autárquica do Município, ou aumento de sua remuneração;

III- orçamento anual, diretrizes orçamentárias e plano plurianual;

IV - criação, estruturação E atribuições dos órgãos da Administração direta do município. ”.

Diante de toda a narrativa acima, observamos que o Projeto de Decreto Legislativo 235/2024 não padece de vícios em relação à Constituição Federal e à Legislação Municipal.

Pelo exposto, opina-se pelo **PARECER FAVORÁVEL À CONSTITUCIONALIDADE** do Projeto de Decreto Legislativo de nº 235/2024.

É O VOTO.

Sala da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa da Câmara Municipal de João Pessoa – Casa Napoleão Laureano, em João Pessoa, 09 de abril de 2024.


JOSÉ LUIZ GONÇALVES
MEMBRO/RELATOR



Estado da Paraíba
**CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO
PESSOA**

Casa Napoleão Laureano

Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa

III – PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, reunida em sua plenitude, decide por acatar o VOTO emitido ao Projeto de decreto Legislativo n.º 235/2024, de autoria do nobre Vereador(a) Milanez Neto que “Concede título de cidadã pessoense a advogada Alice Cavalcante Fernandes, e dá outras providências”, concluindo-se pelo **PARECER FAVORÁVEL** ao projeto em análise.

É O PARECER.

Sala de Reuniões da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, da Câmara Municipal de João Pessoa – “Casa Napoleão Laureano, em João Pessoa, 09 de abril de 2024.”.

**THIAGO LUCENA
PRESIDENTE**

**TARCÍSIO JARDIM
VICE-PRESIDENTE**

**JOSÉ LUIZ GONÇALVES
MEMBRO/RELATOR**

**DURVAL FERREIRA
MEMBRO**

**BRUNO FARIAS
MEMBRO**

**BOSQUINHO
MEMBRO**

**ODON BEZERRA
MEMBRO**

Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa – Relator – Ver. JOSÉ LUIZ GONÇALVES

Página 4